

## A ORDEM DO DISCURSO NA ATENAS CLÁSSICA

Rafael Guimarães Tavares da Silva (UFMG)<sup>1</sup>

**Resumo:** Partindo da concepção de que a linguagem modela a percepção humana do mundo, este texto pretende investigar de que forma a constituição de diferentes gêneros discursivos se deu num momento basilar para a formação epistemológica ocidental, qual seja, na Atenas do período clássico. Empregando um arcabouço teórico que vai da filosofia contemporânea (Foucault e Derrida) à linguística (Bakhtin, Coseriu, Mondada e Dubois), pretendemos dar a ver de que modo um estudo diacrônico dos diferentes gêneros discursivos instituídos entre os atenienses do período clássico pode indicar uma série de mecanismos de controle do discurso vigentes ainda hoje.

**Palavras-chave:** Epistemologia; Poética clássica; Historiografia antiga; Filosofia antiga; Linguística.


A ideia de que a linguagem seja um meio para a criação e a modelagem da realidade subjaz a algumas das mais antigas reflexões da Grécia Antiga – em Heráclito, por exemplo, ou, tal como veremos, nos diálogos de Platão – e continua a ser confirmada pelas mais avançadas pesquisas linguísticas contemporâneas.<sup>2</sup> Ainda que certas abordagens tradicionais tendam a compreender a língua como um sistema mais ou menos arbitrário de etiquetas empregadas para se referirem às coisas do mundo – coisas que teriam, portanto, uma existência fechada em si mesma e apartada da linguagem –, a consciência de seu poder *criador* e *criativo* está presente em todo o pensamento que tente compreender a diferença formada no seio da repetição – ou naquilo que pareceria uma mera reiteração da identidade –, tal como acontece nos fenômenos de mudança linguística, por exemplo.<sup>3</sup>

A palavra grega *poiēsis*, que pode ser traduzida por “criação” num sentido geral, embora tenha vindo a significar – num sentido estrito – a criação verbal por excelência, i.e., a poesia, demonstra que os gregos estavam cientes dessa dimensão criativa e criadora da linguagem. Isso é o que sugere uma famosa passagem do *Banquete* de Platão (205b-c). Essa mesma ideia tem respaldo em estudos contemporâneos de

<sup>1</sup> Graduado em Letras Clássicas (UFMG), Mestrando em Letras Clássicas (UFMG). Contato: gts.rafa@hotmail.com.

<sup>2</sup> Nesse sentido, duas importantes linguistas, Lorenza Mondada e Danièle Dubois, iniciam um texto recente sobre a “Construção dos objetos de discurso e categorização” defendendo a seguinte concepção: “os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17). O mesmo tipo de ideia está presente ainda nos textos de um linguista como Eugenio Coseriu, por exemplo, ou de um filósofo como Jacques Derrida.

<sup>3</sup> Não é à toa que Ferdinand de Saussure – cujo modelo estruturalista de compreensão da linguagem exclui deliberadamente sua dimensão diacrônica – figure em grande parte da crítica que Derrida faz ao fenômeno que chama de “logocentrismo” na primeira parte de sua *Gramatologia* (1973 [1967], p. 1-120).



linguística, como se pode constatar na obra de Eugenio Coseriu: para ele, a função criativa e criadora da poesia é uma característica da própria linguagem, em suas manifestações mais livres.<sup>4</sup>

Sendo a poesia essa modalidade de emprego da linguagem na qual o poder de criação é o mais elevado, caberia a seguinte pergunta: por que outras modalidades de emprego da linguagem têm um poder de criação menor do que o da poesia?


Nesse ponto, os trabalhos da linguística contemporânea – aos quais já aludimos – são bastante claros e categóricos, sugerindo que essa restrição do poder de criação da linguagem se daria: 1) por meio de uma limitação dos conteúdos evocativos dos signos linguísticos concretos que compõem cada discurso nas diferentes modalidades do uso linguístico (COSERIU, 1982 [1977], p. 202); 2) por meio de uma estabilização dos procedimentos empregados por certos discursos no interior de determinados enquadramentos genéricos (ADAM; HEIDMANN, 2011 [2009], p. 18). Esses processos estão presentes – em graus mais ou menos elevados – em variados gêneros discursivos, mas são especialmente desenvolvidos naqueles que surgem com pretensões sérias e elevadas, como nos discursos científicos ou oficiais, por exemplo, em detrimento de outros mais mutáveis e flexíveis (BAKHTIN, 2017 [1978], p. 38-42; ADAM; HEIDMANN, 2011 [2009], p. 18).

Não há dúvidas de que – para fins de comunicação – a linguagem deva respeitar algumas regras básicas, organizando-se segundo os gêneros discursivos impostos por determinadas situações sociais, a ponto de aceitar uma série de limitações a seu próprio poder de criação. Mas aqui caberiam mais algumas questões: qual o interesse de limitar assim o potencial criador e criativo da linguagem? E até que ponto essas limitações podem ser levadas?

Para responder a essas duas questões, é necessário levar em consideração não apenas a linguagem em si mesma – isto é, a linguagem nas suas mais diversas

---

<sup>4</sup> Em suas “Teses sobre o tema ‘linguagem e poesia’”, o autor afirma o seguinte: “6. [...] [A] linguagem poética revela-se, não um uso linguístico entre outros, mas linguagem simplesmente (sem adjetivos): realização de todas as possibilidades da linguagem como tal. 7. Em consequência, a linguagem poética não pode ser interpretada como redução da linguagem a uma suposta “função poética”, nem tampouco como linguagem posteriormente determinada (linguagem mais uma suposta função poética). Por um lado, a linguagem poética não representa uma redução da linguagem; por outro, não se acrescenta propriamente nenhuma função, uma vez que as diferentes possibilidades que em tal linguagem se atualizam já pertencem à linguagem como tal. 8. Chega-se, pois, à conclusão de que a linguagem poética representa a plena funcionalidade da linguagem e de que, portanto, a poesia (a “literatura” como arte) é o lugar do desenvolvimento, da plenitude funcional da linguagem.” (COSERIU, 1982 [1977], p. 146).



manifestações em gêneros discursivos mutáveis (ADAM; HEIDMANN, 2011 [2009], p. 24) -, mas também em relação à realidade social em que essa linguagem está inserida. Se as limitações impostas ao poder de criação da linguagem surgem como uma necessidade justamente para que tornem possível a comunicação numa dada sociedade (BAKHTIN, 2016 [1978], p. 23; COSERIU, 1982 [1977], p. 206), parece ser de fundamental importância que se leve em conta de que forma essa sociedade se coloca com relação a tais limitações – considerando quais seriam os seus interesses e as suas motivações para limitar assim as manifestações mais criativas da linguagem.

A intuição fundamental que Michel Foucault exprime em sua célebre aula inaugural no Collège de France, intitulada *A ordem do discurso* [*L'ordre du discours*], deve ser aqui evocada para que se compreenda o rumo de nossas considerações:


[S]uponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996 [1970], p. 8-9).

Ainda que autores fundamentais para nossas considerações, como Bakhtin (2016 [1978], p. 65-6) e Coseriu (1982 [1977], p. 148-9) estivessem atentos para esse aspecto de uma “ordem do discurso”, é Foucault quem sugere de forma mais veemente que toda sociedade teme a grande proliferação discursiva, devido aos perigos e ameaças que ela pode comportar (FOUCAULT, 1996 [1970], p. 50).<sup>5</sup> É devido a isso que se desenvolve uma série de procedimentos de controle do discurso: sejam eles externos, sejam eles internos ou mesmo reguladores do acesso ao *que se diz* e ao *como se diz*.

Em seu estudo sobre a formação gradual de um conjunto de campos discursivos formadores da *epistémē* ocidental, o próprio Foucault sugere a importância do momento a que chamamos aqui de “Atenas clássica” (FOUCAULT, 1996 [1970], p. 14-5). Empregando uma noção que foi trabalhada por Marcel Detienne (1988 [1967]), em seu livro *Os mestres da verdade*, o estudioso sugere que esse período teria testemunhado uma passagem gradual da palavra mágico-religiosa – restrita no que diz respeito a *quem* pode empregá-la, sobre *o que* pode tratar e *quando* pode pronunciá-la – para uma

---

<sup>5</sup> É curioso que Foucault (1996 [1970], p. 50) fale aqui de uma “logofobia”, enquanto Derrida tentava compreender a grande tendência da tradição epistemológica ocidental como um “logocentrismo”.



modalidade laicizada do discurso que se abre para um diálogo. A princípio, a palavra de saber restringia-se à memória cultural das grandes epopeias míticas heroicas, das genealogias dos deuses ou dos ditos sapienciais – material arquivado nas fórmulas, nos catálogos e nos versos da poesia hexamétrica do período arcaico (DETIENNE, 1988 [1967], p. 15-23) -, sendo restrita àqueles poucos privilegiados que tinham acesso à palavra mágico-religiosa inspirada pelas Musas e que podiam emití-la em ocasiões de *performance* especiais.<sup>6</sup> Com aquilo que Detienne (1988 [1976], p. 45-55) trata como um processo gradual de laicização da palavra mágico-religiosa, o discurso transformou-se em diálogo, passando a definir-se como uma espécie de arena na qual diferentes visões de mundo teriam um campo para se enfrentar de maneira relativamente livre, ainda que segundo determinadas regras. Assim se dá o surgimento da retórica, da sofística, da historiografia, da filosofia, entre outros gêneros do discurso.


Dentre os procedimentos *internos* de controle dos discursos, Foucault menciona três: o comentário, o autor e a organização das disciplinas. Veremos como essa tipologia básica aplica-se de maneira espantosa ao desenvolvimento de uma ordem do discurso na Atenas clássica, ainda que devamos flexibilizar alguns dos conceitos delineados por Foucault.

Em primeiro lugar, o comentário. Foucault constata que determinadas narrativas maiores, em contraposição ao discurso cotidiano banal, acabam recebendo um *status* privilegiado de discurso originário – fundante de uma tradição – e passam a receber uma atenção específica de outros discursos que buscam explicitá-lo, desenvolvê-lo, revelá-lo. Tais seriam as funções de comentários sobre textos como a *Odisseia*, por exemplo (FOUCAULT, 1996 [1970], p. 24): 1) construir discursos novos a partir desse discurso fundamental, ou; 2) demonstrar algo que, pretensamente, já se encontrava nele. Em todo caso, trata-se de controlar o que pode ser dito, apelando para isso à autoridade reconhecida de um determinado discurso.

Não é um acaso, portanto, que a tradição de comentários aos textos homéricos conheça um florescimento impressionante a partir do séc. V. Para nos restringirmos aqui a apenas dois exemplos da historiografia, temos, por um lado, Heródoto, por outro, Tucídides, ambos com considerações pertinentes para a “cultura do comentário”, por meio das quais tentam circunscrever o discurso homérico: Heródoto (II, 116-7), depois

---

<sup>6</sup> Para detalhes, cf., por exemplo, Havelock (1996 [1963]) e Detienne (1988 [1967]), p. 15-23.




de afirmar ter ouvido de sacerdotes egípcios um relato segundo o qual Helena não teria ido diretamente para Troia após ser raptada por Páris – mas teria antes passado pelo Egito -, faz uma análise cerrada das duas grandes epopeias homéricas para demonstrar que Homero estava familiarizado com essa versão dos fatos (ou seja, o historiador explicita algo que já se encontrava em Homero); Tucídides (I, 10), depois de afirmar a grandeza dos acontecimentos contemporâneos dele, faz uma análise crítica do Catálogo das Naus (*Ilíada*, II), estimando o número de guerreiros gregos que teria ido a Troia, e defende que a guerra de Troia era muito pequena se comparada à Guerra do Peloponeso (ou seja, o historiador solicita Homero para enaltecer a própria narrativa).

Na sequência da argumentação de Foucault, ele menciona outro “princípio de rarefação de um discurso” – “complementar ao primeiro” – e que é o autor. “O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.” (FOUCAULT, 1996 [1970], p. 26). Ainda que Foucault mencione explicitamente esse mecanismo de controle dos discursos para a constituição do saber na Idade Média – quando a autoridade de um discurso estava fundamentalmente ligada à figura de seu autor -, acreditamos que o mesmo possa ser compreendido também para o séc. V em Atenas. As obras dos dois historiadores que acabamos de citar podem ser retomadas aqui com proveito mais uma vez.

Heródoto começa sua obra com a seguinte passagem:

Esta é a exposição da investigação de Heródoto [de Halicarnasso], para que os acontecimentos passados não sejam extintos entre os homens com o tempo, e para que os feitos grandiosos e maravilhosos, uns realizados por helenos e outros por bárbaros, não fiquem sem glória e sejam expostos os motivos pelos quais guerrearam uns contra os outros. (HERÓDOTO, I, 1, trad. Maria Aparecida de Oliveira Silva, *alterada*).

Ainda que esse tipo de “assinatura” já existisse desde os célebres vv. 21-5 da *Teogonia*, de Hesíodo, a partir do momento em que obras colocadas por escrito reivindicam o nome de um determinado autor – a partir do qual elas se articulam, em torno de um determinado propósito e de perspectivas pessoais -, temos um mecanismo de controle do discurso que é diverso daquele vigente para a composição oral como era




o caso da tradição hesiódica. O que importa já não é mais a inspiração pelas Musas ou a ocasião de *performance* do canto, mas o fato de que um autor – no caso, Heródoto -, com propósitos muito específicos, figure como a autoridade que fundamenta a metodologia adotada por seu discurso. Não é à toa que – pouco depois de mencionar várias tradições míticas sobre as razões para os conflitos entre gregos e povos orientais – o historiador venha a afirmar o seguinte:

Eu, pelo menos, a respeito disso, não vou dizer que foi assim ou de outro modo, eu mesmo sei quem foi o primeiro a começar a cometer ações injustas contra os helenos. Após demonstrar isso, irei adiante na minha história, igualmente percorrendo as pequenas e grandes cidades dos homens. Pois as que antigamente foram grandes, a maioria delas, tornaram-se pequenas; e as que eram grandes na minha época antes eram pequenas. Ciente de que a prosperidade humana de modo algum permanece na mesma situação, trarei igualmente ambas à memória. (HERÓDOTO, I, 5, trad. Maria Aparecida de Oliveira Silva).

O interessante é que o discurso não mais se fundamenta na validade de uma tradição mítica, mas se afirma como o produto da visão de mundo de um autor que é responsável “por suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, 1996 [1970], p. 28).

Que se leve em conta ainda o prólogo da obra de Tucídides:

Tucídides de Atenas escreveu a guerra dos peloponésios e atenienses, como a fizeram uns contra os outros. Começou a narração logo a partir da eclosão da guerra, tendo prognosticado que ela haveria de ganhar grandes proporções e que seria mais digna de menção do que as já travadas, porque verificava que, ao entrar em luta, uns e outros estavam no auge de todos os seus recursos e porque via o restante do povo helênico enfileirando-se de um e outro lado, uns imediatamente, outros pelo menos em projeto. Esta comoção foi a maior para os helenos e para uma parcela dos povos bárbaros e, pode-se mesmo dizer, atingiu a maior parte da humanidade. De fato, os acontecimentos anteriores e os mais antigos ainda, dado o recuo do tempo, era-me impossível estabelecê-los com clareza, mas, pelos indícios, a partir dos quais, num exame de longo alcance, cheguei a uma convicção, julgo que não foram importantes, nem quanto às guerras nem quanto ao mais. (TUCÍDIDES, I, 1, trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado).



As semelhanças entre os dois prólogos são notáveis e as estratégias empregadas por cada um desses historiadores para se definirem enquanto *autores* de um discurso que se *autoriza* pelo emprego de uma metodologia específica já foram apontadas e estudadas com proveito por inúmeros especialistas.<sup>7</sup> A nosso ver, a questão ainda poderia ser desenvolvida a partir da perspectiva adotada por Jacques Rancière, em *Os nomes da história*, ou seja, buscando-se compreender de que modo Heródoto e Tucídides elaboram um conjunto de procedimentos poéticos por meios dos quais seus discursos se subtraem à poesia e, dando um *status* de conhecimento a si próprios, fundam um novo gênero do discurso.


Finalmente, para retomar o último dos procedimentos internos de controle dos discursos a ser mencionado por Foucault, temos a organização das disciplinas. Sobre isso, ele afirma o seguinte:

A organização das disciplinas se opõe tanto ao princípio do comentário como ao do autor. Ao do autor, visto que uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. Mas o princípio da disciplina se opõe também ao do comentário: em uma disciplina, diferentemente do comentário, o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas. (FOUCAULT, 1996 [1970], p. 30).

Assim se dá o estabelecimento de condições para a formação de um campo disciplinar, ainda que para a antiguidade clássica tal conceito deva ser entendido de forma menos rígida do que para o contexto dos sécs. XVIII e XIX, por exemplo. Em todo caso, observa-se o desenvolvimento de um sistema anônimo e criador de novos discursos, responsável por definir radicalmente não apenas os limites entre o verdadeiro e o falso, mas também entre aquilo que *pode* pertencer a seu campo epistemológico e aquilo que está previamente excluído dele.

---

<sup>7</sup> Para detalhes sobre a escrita da história, de Hecateu de Mileto a Tucídides, cf. MEISTER, 1990, p. 19-62.



O que dissemos acima sobre uma poética do saber histórico, tal como desenvolvida principalmente por Heródoto e Tucídides, seria da ordem dessa gradual instituição disciplinar e teria relação com o que foi sugerido por Foucault (a ponto de Aristóteles, na *Poética* 1451a35-1451b10, ser capaz de distinguir muito bem o discurso do historiador daquele do poeta ou do filósofo).<sup>8</sup> Mas essa questão de um sistema anônimo fica ainda mais claro com Platão: produzindo obras nas quais ele jamais figura como autor, o filósofo desenvolve um método responsável pela produção de novas verdades para além da autoridade de quem quer que seja, o método dialético. Nesse sentido, a desaparecimento da figura de Sócrates dos diálogos considerados “de maturidade” seria uma indicação de que o método dialético seria impessoal e, ao mesmo tempo, capaz de formular indefinidamente novas proposições verdadeiras.


Acreditamos que Platão tinha plena consciência do poder criador e criativo da linguagem. A título de confirmação disso, poderíamos citar uma passagem lapidar do *Crátilo*, na qual o personagem de Sócrates afirma o seguinte a seus interlocutores: “A palavra é um tipo de instrumento que explica e divide a realidade [...] [*ónoma ára didaskalikón tí estin órganon kai diakritikòn tês ousías*].” (*Crat.* 388b13-c1). Operando do interior dessa compreensão profunda acerca do poder que o discurso pode ter sobre a realidade, Platão é um dos mais complexos manipuladores do discurso e criadores de imagens da tradição literária.

O filósofo empregou uma estratégia de desestabilização de imagens comuns em sua época – que se leve em conta a forma como ele arruína as pretensões epistemológicas do poeta, do sofista, do orador e do sacerdote, por exemplo -, para avançar uma gradual reestabilização de novas imagens – fortalecidas com uma reivindicação de *alétheia* [verdade], seja para campos de conhecimento (como a justiça, a legislação, a medicina e a ginástica) seja para os profissionais ligados a eles. Esse seu trabalho com as imagens jamais se desvincula de uma crítica que tem impacto sobre o desenvolvimento gradual dos gêneros discursivos de então. Nesse sentido, a sofística, a poesia, a história e a filosofia, por exemplo, vieram a ser definidas em larga medida pelo trabalho de Platão não apenas com esses discursos, mas com a construção de imagens daqueles que os empregavam.

---

<sup>8</sup> Para um interessante tratamento dessa passagem, cf. BRANDÃO, 2005, p. 51-2.





Em suma, Platão revela-se de fato um dos mais profundos conhecedores e manipuladores do discurso – sendo responsável por desestabilizar inúmeras imagens de uma certa tradição e substituí-las por aquelas que faz passar como “as verdadeiras”. Daí ser possível afirmar – aplicando outra ideia desenvolvida a partir de Foucault – que Platão seria um dos primeiros e mais bem-sucedidos responsáveis por criar um “efeito de verdade” por meio de seus diálogos.<sup>9</sup>

Se Aristóteles pôde vir a se exprimir tal como fez – empregando a linguagem “mais universal” e “objetiva” dos tratados filosóficos – é porque seu mestre, Platão, havia feito uma verdadeira limpeza do terreno, buscando estabelecer da forma mais distinta possível os limites entre os discursos que se tornariam caros à sofística, à retórica, à poesia e à história, por exemplo, em contraposição àquilo que seria mais especificamente filosófico. Platão certamente tinha uma consciência da forma como se constituíam os gêneros do discurso – tendo chegado até a propor uma espécie de tipologia dos gêneros poéticos no livro III da *República* (376e-398b)<sup>10</sup> -, mas jamais poderia ter se exprimido como Aristóteles, quando esse afirma:


A arte que emprega apenas os discursos em prosa, desprovidos de acompanhamento, [1447b] ou os versos – estes quer combinando as métricas entre si, quer utilizando um único gênero de métrica -, permanece, até o presente, anônima. De fato, não temos um nome comum para designar os mimos de Sófron [10] e de Xenarco, e os diálogos socráticos, quanto menos para designar a mimese elaborada por meio de trímetros, ou de versos elegíacos, ou de quais outros do mesmo gênero. (*Poética*, 1447a29-1447b12, trad. Paulo Pinheiro).

Essa arte que Aristóteles gostaria de poder nomear – mas que ainda permanecia anônima -, se lembrarmos que os poetas atenienses do final do séc. V já começavam a inventar enredos que não tinham mais relação de conteúdo com a tradição épica (*Poética*, 1451b19-26), poderia ser considerada aquilo que veio a ser chamado com o

---

<sup>9</sup> Foucault dá a entender inúmeras vezes que compreende a importância de refletir sobre a ordem do discurso também nesse contexto em que os impactos do discurso de Platão se revelam particularmente fortes: “Situá-me-ei, primeiro, na época da sofística e de seu início com Sócrates ou ao menos com a filosofia platônica, para ver como o discurso eficaz, o discurso ritual, carregado de poderes e perigos, ordenou-se aos poucos em uma separação entre discurso verdadeiro e falso.” (FOUCAULT, 1996 [1970], p. 62).

<sup>10</sup> Uma interessante abordagem das diferenças entre as tipologias dos gêneros poéticos de Platão e de Aristóteles foi proposta por Brandão (2005, p. 38-48). Para mais detalhes, com referências bibliográficas, cf. SILVA, 2015, p. 61-72.



nome de “literatura” (BRANDÃO, 2005, p. 49). Mas Aristóteles ainda teria que esperar alguns séculos até poder nomear assim esse gênero do discurso.

Em todo caso, esse voo panorâmico pela ordem do discurso na Atenas clássica pode dar a ver o papel determinante que o período teve no desenvolvimento de inúmeros gêneros discursivos influentes para a constituição do pensamento e da epistemologia, tal como entendidos hoje (sobretudo em suas vertentes ocidentais). É preciso compreender melhor esse momento – mas não apenas ele, na medida em que nenhum desses gêneros pode ser encarado de forma estanque –, se quisermos responder aquelas duas perguntas que propusemos no início deste texto e que – embora acreditemos ter iluminado um pouco – serão deixadas aqui em aberto, como provocação para pesquisas futuras: qual o interesse de limitar o potencial criador e criativo da linguagem? Até que ponto essas limitações podem ser levadas?

### **Referências bibliográficas**

ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute. *O texto literário: Por uma abordagem interdisciplinar*. Org. da trad. João Gomes da Silva Neto; coord. da trad. Maria das Graças Soares. São Paulo: Cortez, 2011 [Ed. orig. 2009].

ARISTÓTELES. *Poética*. Ed. bilíngue. Trad., introd. e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Org., trad. e posfácio Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 [Ed. orig. 1978].

BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A invenção do romance: Narrativa e mimese no romance grego*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

COSERIU, Eugenio. Teses sobre o tema “linguagem e poesia”. In: \_\_\_\_\_. *O homem e sua linguagem: estudos de teoria e metodologia linguística*. Trad. Carlos A. da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro; São Paulo: Presença; EdUsp, 1982 [Ed. orig. 1977], p. 145-9.



DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973 [Ed. orig. 1967].

DETIENNE, Marcel. *Mestres da verdade na Grécia arcaica*. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 [Ed. orig. 1967].

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996 [Ed. orig. 1970].

HAVELOCK, Eric. *Prefácio a Platão*. São Paulo: Papirus, 1996 [Ed. orig. 1963].

MEISTER, Klaus. *Die griechische Geschichtsschreibung: Von der Anfängen bis zum Ende des Hellenismus*. Stuttgart; Berlin; Köln: Kohlhammer, 1990.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Trad. Mônica M. Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLIA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

PLATÃO. *Crátilo, ou sobre a correção dos nomes*. Ed. bilíngue. Trad. e notas Celso Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: Ensaio de poética do saber*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [Ed. orig. 1992].

SILVA, Rafael. *Uma poética de Platão*. 2015. 126f. Monografia (Bacharelado em Grego Antigo) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2015.